

HABEAS CORPUS Nº 493.866 - SC (2019/0045977-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ANA PAULA BERLATTO FÃO FISCHER - RS079176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : IVAN WESTPHAL DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Ivan Westphal de Souza** - preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de roubo simples -, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 4035813-50.2018.8.24.0000), mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da Vara Regional Virtual de Audiência de Custódia da comarca de Tubarão/SC (Autos n. 0005805-30.2018.8.24.0075).

Alega a impetrante que *muito embora o TJSC tenha sustentado a suficiência e, mais do que isso, a adequação da decisão prolatada pelo Juízo de origem que decretou a prisão preventiva do PACIENTE, não se mostra acertado o veredito da Corte Catarinense, uma vez que é fundada em elementos genéricos e inválidos quanto ao indispensável "periculum libertatis" (fl. 6).*

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja revogada a prisão preventiva imposta.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter

excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, o magistrado singular consignou que (fl. 47):

[...]

O risco de reiteração advém do envolvimento pretérito do preso enquanto menor com atividades ilícitas, seus antecedentes (fls. 18-22), assim como a informação prestada pelo próprio conduzido, apontam nesse sentido. A reiteração em condutas ilícitas é evidente. Não bastasse isto, não há informação de que exerça atividade lícita, elemento que também colabora para a conclusão de que caso seja posto em liberdade voltará ao meio criminoso. Ademais, praticou crime gravíssimo em plena luz do dia, atacando frontalmente à ordem pública e o bem estar da sociedade, [...] o meio local.

[...]

Assim, não vislumbrei, neste momento, o *fumus boni iuris* indispensável à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator